

17_21

CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO ESCOLAR: UMA ESTRATÉGIA DE GESTÃO

André Santos, FAUP-CEAU, Portugal, amsantos@arq.up.pt
Francisca Mendonça, FAUP, Portugal, up201405921@arq.up.pt

A história do edifício escolar português, na sua essência, persegue ideais de standardização. Desde o final do século XIX, o parque escolar nacional encontra-se intimamente relacionado com noções como *escola-tipo*, *projeto-tipo* e *programa-tipo*. Entre as décadas de 60 e de 80, foram utilizadas estratégias de construção massificada de escolas pavilhonares, que despoletaram a desqualificação da qualidade arquitetónica e, por consequência, a diminuição da responsabilidade do equipamento público para com a cidade. Complementarmente, a resposta à emergência quantitativa, resultante da democratização do acesso ao ensino, impactou negativamente a qualidade espacial e construtiva das escolas.

Em 2007, perante um cenário pautado pela degradação dos edifícios escolares para o ensino secundário, a empresa pública *Parque Escolar, E.P.E.*, na prossecução do *Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário* (PMEES), concebe uma estratégia concertada e sistémica de reabilitação das escolas secundárias preexistentes, invertendo o histórico de intervenções episódicas e erráticas feitas até àquela data.

O planeamento do PMEES priorizou o ato de reabilitação, reconhecendo o património escolar como matéria-prima para a adequação às necessidades contemporâneas. Foi criado um modelo operativo capaz de se estender à escala nacional como resposta à (re)conformação do espaço escolar, reafirmando-se um

sentido de unidade e de coerência e que, simultaneamente, integrou as particularidades de cada projeto educativo.

Parte da inovação do PMEES transcorre da gestão desenvolvida pela *Parque Escolar* nas mais variadas vertentes, fazendo sobressair a importância em adotar uma gestão eficiente, sobretudo a longo prazo. Desde logo, pesava a significância da gestão financeira para assegurar a inversão do histórico de ações desajustadas que operaram na construção e manutenção das escolas. Acresce ainda a importância de efetivar sistemas de gestão do projeto que acompanhassem as equipas durante todo o processo.

Finalmente, a efetivação de um modelo de prevenção e manutenção, desenhado para vigorar pelo período de 30 anos após a construção, constitui outra das singularidades do processo, majorando os efeitos do investimento e assegurando um sistema de monitorização.

Considerando as intervenções no parque escolar nacional, torna-se oportuna a reflexão sobre a metodologia de intervenção arquitetónica no património edificado, enquanto modelo sustentável para a reabilitação de edifícios públicos. A especificidade da função escolar transporta uma dimensão assumidamente pedagógica, que, a partir de um modelo de intervenção que considera os valores patrimoniais, se afirma com capacidade para ultrapassar o contexto da função escolar.

A opção de modernizar as escolas secundárias através da reabilitação, em vez de se promover a construção de raiz, é sustentada por diversos fatores, desde a urgência em garantir a intensidade da implementação e eficácia do processo, à valorização da identidade institucional dos edifícios e do desempenho qualificador das relações sociais e urbanas.

O Programa incorpora a consciência do valioso legado patrimonial que o edifício escolar retrata. O reconhecimento da sua importância simbólica, cultural e social é refletido pelo significado assumido pelas escolas na conformação da cidade e nos polos de desenvolvimento e de atração urbana, justificando a preservação da sua identidade. Por conseguinte, os processos inerentes à reabilitação seriam mais rápidos do que os intrínsecos à construção nova, e, dada a urgência da sua implementação, era indispensável desenhar uma operação célere. A dificuldade em encontrar terrenos disponíveis, além dos processos morosos que a aquisição

1 Entidade pública empresarial criada pelo Decreto-Lei n.º 41/07 de 21 de fevereiro de 2007, designada ao longo deste artigo como *Parque Escolar*.

2 *Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário*, entretanto designado por *Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário* (PMEES), referido ao longo deste artigo como Programa ou PMEES.

destes implicaria, colocariam entraves querna gestão do calendário, quer no esforço financeiro. Também a ininterruptão das atividades letivas favoreceu a opção de reabilitação. À atitude de reabilitação aferem-se ainda os ideais de sustentabilidade, protagonizados pela reutilização de materiais e diminuição do consumo energético e de água.

O Programa revelou-se inovador no panorama da reabilitação arquitetónica nacional. Com este processo, o valor e as particularidades de cada uma das arquiteturas elevam o protagonismo dos edifícios preexistentes, qualidade que, conjugada com os projetos educativos de cada escola, e com o contexto sociocultural e urbano onde se inserem, condicionam inevitavelmente os modos de intervir. Os processos de gestão do património escolar representam igualmente uma ferramenta de pedagogia: na educação, na atitude de reabilitar, na elevação do padrão arquitetónico aquando das intervenções em edifícios comuns, na responsabilidade social, na defesa de uma metodologia participativa, na eficiência energética ou até no planeamento das ações de manutenção e prevenção.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Importa compreender o significado que os princípios normalizadores assumem na história da construção e da gestão das escolas portuguesas. Joaquim Ferreira dos Santos (1782-1866) foi pioneiro da edificação de escolas a partir de um conjunto de desenhos e de especificações dimensionais e construtivas, ou seja, constitui o primeiro exemplo de um *projeto-tipo*³. Em 1898, a *Direcção-Geral da Instrução Pública* abre um concurso⁴ público destinado à construção de 200 escolas primárias, novamente a partir de um *projeto-tipo*. A resposta vencedora, do arquiteto Adães Bermudes (1864-1948), determinou que viessem a ser construídas 184 escolas desta tipologia. Até ao início dos anos 30, foram desenvolvidos vários *projetos-tipo* pela *Repartição das Construções Escolares* que não geraram obra significativa, sendo de salientar a persistência dos projetos estandarizados. Já na década de 60, as respostas às carências de instalações escolares basearam-

-se em projetos tipificados caracterizados pelas novas tipologias pavilhonares, mas é sobretudo na década de 80 que os ideais de estandardização das escolas atingiram o seu máximo expoente, consolidando a estratégia pavilhonar.

UM NOVO MODELO

Mais recentemente, suportado pelos objetivos pedagógicos e pelo diagnóstico realizado, a *Parque Escolar* defende um novo modelo de edifício escolar, capaz de incorporar os projetos educativos das escolas e de garantir a sustentabilidade da sua conservação.

Em primeiro lugar, procura-se recuperar e modernizar os edifícios, requalificando as infraestruturas físicas. Devido ao estado original dos edifícios escolares, as intervenções relacionadas com as condições de conforto ambiental são priorizadas. Além disso, as transformações devem ainda proporcionar uma reacomodação de todos os espaços às novas práticas pedagógicas, onde a flexibilidade dos espaços deve ser fomentada.

Um segundo objetivo estabelece *abrir a escola à comunidade*. É incentivada a relação entre a comunidade e a instituição escolar, o que irá estimular os níveis de compromisso e a revalorização da escola pública. A utilização dos espaços da escola estende-se às atividades extracurriculares, ampliando a valência já instalada da prática desportiva.

Finalmente, a *manutenção e gestão dos edifícios após a requalificação* possui um papel-chave para prolongar a vida útil dos edifícios, dado que, a partir de uma gestão racionalizada de custos, é possível assegurar a manutenção quotidiana, quer as ações de conservação.

O êxito da implementação dependia da capacidade de gestão do PMEES em várias frentes do processo, fundamentado em quatro dimensões: financiamento, projeto, obra e edificado. Na *gestão do financiamento*, os responsáveis políticos procuraram construir uma estratégia de gestão financeira capaz de garantir a operacionalização do PMEES num curto espaço de tempo. Recorreu-se ao empréstimo bancário no *Banco Central Europeu* (BCE) e ainda a ou-

tras instituições de crédito, estando previstas igualmente outras duas fontes de financiamento: o *Programa Operacional de Valorização do Território* (POVT)⁵, e o montante disponível no orçamento de Estado com o *Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central* (PIDDAC).

Numa segunda instância, no que concerne à *gestão de projeto*, a *Parque Escolar* reconheceu os projetistas como parceiros, ao cultivar o acompanhamento das equipas de projeto a partir do incentivo ao processo participativo. As direções e comunidades escolares demonstraram, similarmente, uma participação efetiva na construção de um programa funcional. Os diferentes documentos destinados a apoiar as soluções dos projetistas constituíram um investimento significativo do dono de obra na conformação de uma plataforma comum. Além disso, a estratégia de englobamento dos vários materiais de comunicação do projeto à obra, e a expectativa de estandardizar os artigos e definir os seus preços de referência no contexto dos cadernos de encargos elevou a plataforma designada ProNIC a uma relevância decisiva.

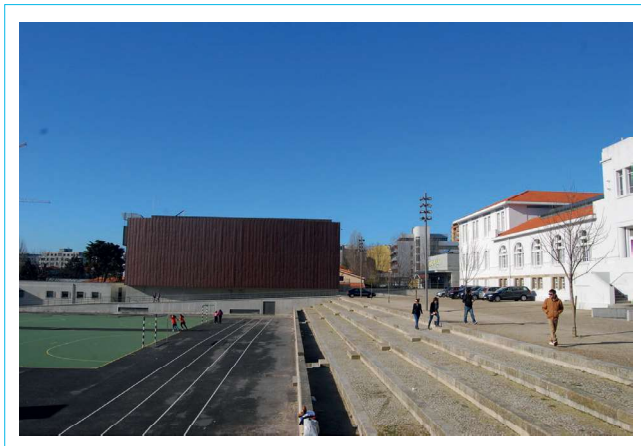
No que diz respeito à *gestão de obra*, salienta-se o rigor do faseamento construtivo, e da alteração repetida de toda a logística de estaleiro, como forma de assegurar a realização das obras sem comprometer a continuidade das atividades letivas.

Finalmente, a *gestão de edifícios* levada a cabo

³ O *projeto-tipo* é uma solução replicada em diferentes contextos territoriais e por vários agentes, materializando-se num conjunto de edifícios que respeitam um projeto comum.

⁴ Jornal O Século - "Programa de concurso para apresentação de projectos de edificios destinados a escolas de instrução primária".

⁵ O *Programa Operacional Valorização do Território* (POVT) foi criado em 2007 no âmbito do QREN, com o objetivo de superar os défices de conectividade internacional e de mobilidade e acessibilidade nacionais, e consolidar as redes, as infraestruturas e os equipamentos relevantes para a competitividade, coesão e estruturação do território nacional (*Resolução do Conselho de Ministros* n.º 162/07 de 12 de outubro de 2007).



> 1



> 2

alicerça-se num modelo que é desenhado de forma a garantir não só o prolongamento da vida útil do edifício, como também a adaptação do edifício às transformações decorrentes das estratégias educativas.

Identificado o comprometimento da arquitetura segundo os ideais de normalização na história, compreende-se que o PMEES tenha construído um quadro comum coerente que reconhece um sentido de identidade global a esta operação, desde logo pela sua condição de gestão centralizada. Os diversos momentos e documentos que operacionalizam o

Programa são, analogamente, a expressão da necessidade de efetivar níveis de controlo que, na sua essência, se apresentam como potenciadores de homogeneidade nos resultados arquitetónicos a obter. Para além disso, estando assente num modelo conceptual que visa a reorganização espaço-funcional das escolas, verifica-se um sentido de homogeneização na materialização de cada uma das soluções, que incorporam decisivamente o valor identitário que a arquitetura assume quer na reestruturação espacial, quer na afirmação das imagens resultantes.

Apesar da uniformização abordada, este Programa distingue-se da história do edifício escolar por defender a expressão de individualidade das soluções arquitetónicas. A presença de um programa coerente, abrangente a todas as soluções, não descurou a afirmação da identidade arquitetónica de cada intervenção. A perspetiva que se pretendeu implementar, apesar de perseguir uma matriz comum, é sobretudo motivada pela integração positiva e determinada das especificidades de cada projeto educativo. Outro fator relevante corresponde ao sentido identitário do edifício. Pela primeira vez na história do edifício escolar público, é convocada uma diversidade significativa de autores arquitetos para liderarem a conceção e coordenação dos projetos. Estes últimos também não prescindem da sua marca autoral, vinculada aos valores expressos por cada uma das tipologias dos edifícios preexistentes.

No sentido de ilustrar alguns dos resultados paradigmáticos deste processo, foram convocadas intervenções que assentam em modelos tipológicos diferenciados, apresentando-se os exemplos numa sequência temporal. A intervenção na atual escola secundária Rodrigues de Freitas [arq.º Manuel Fernandes de Sá] assume e respeita as características essenciais

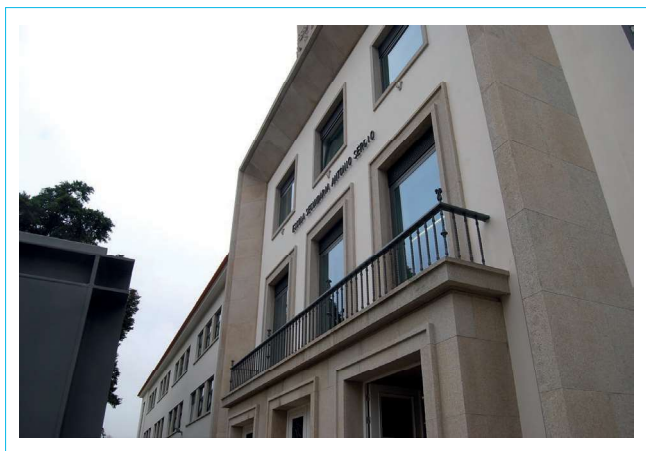


> 3

> Figura 1: Escola secundária de Rodrigues de Freitas, evidenciando a autonomia morfológica e imagética do volume do auditório do Conservatório de Música. © André Santos.

> Figura 2: Escola secundária de Rodrigues de Freitas, traseiras voltadas para a zona desportiva. © André Santos.

> Figura 3: Escola secundária Alves Martins, na qual se mantém as características morfológicas e imagéticas essenciais. © Mariana Peneda.



> 4



> 5

da estrutura compositiva e da imagem do liceu original, incidindo sobretudo na realocação das funções e propondo a criação de três novos volumes. Neste contexto, as peças são implantadas de forma independente da construção original (Figuras 1 e 2).

Na intervenção na escola secundária Alves Martins (arq.º Cândido Chuva Gomes), perante o valor patrimonial original, as intervenções exteriores são mínimas. À semelhança do caso anterior, a imagem exterior foi globalmente conservada, sendo que, nos interiores, as novas exigências regulamentares provocaram o

diálogo entre os ambientes originais e os novos sistemas infraestruturais (Figura 3).

A intervenção na escola secundária António Sérgio (arq.º Carlos Prata) incide num edifício composto essencialmente por três corpos destinados, originalmente, a distintas funções, propondo uma interligação dos mesmos a partir de um volume novo na composição inicial. No exterior, a escola mantém a essência da sua imagem, enquanto os interiores são globalmente reformulados (Figuras 4 e 5).

Em consequência da implementação de uma estratégia pavilhonar, no contexto da

intervenção na escola secundária Garcia de Orta (arq.º Ricardo Bak Gordon), a condição pavilhonar foi preservada, inclusivamente a solução de percursos exteriores cobertos na interligação dos diferentes edifícios. A ação principal centrou-se na criação de uma zona de carácter social, assumindo o contraste com as preexistências (Figuras 6 e 7).

Finalmente, a intervenção na escola secundária de Castelo de Paiva (arq.º Nuno Sampaio), incidindo sobre uma preexistência da tipologia pavilhonar 3x3, aglutinou a escola num edifício único. Essa estratégia, complementada com



> 6



> 7

> Figura 4: Escola secundária António Sérgio, fachada principal com a demarcação da entrada, mantida inalterada. © André Santos.

> Figura 5: Escola secundária António Sérgio, zona intermédia em que se articula o edifício principal preexistente com a ampliação das oficinas. © André Santos.

> Figura 6: Escola secundária Garcia de Orta, praça coberta na articulação das funções sociais e coletivas. © André Santos.

> Figura 7: Escola secundária Garcia de Orta, edifício pavilhonar original rehabilitado. © André Santos.



> 8

a intenção de reconduzir a sua imagem global num todo coerente, reafirma a condição de unificação diluindo a inteligibilidade da dispersão dos diferentes volumes (Figura 8).

UMA ESTRATÉGIA CONCERTADA

A implementação de um sistema de gestão do património escolar desenvolvido pela Parque Escolar constituiu um momento pioneiro da história do edifício escolar nacional, no qual foi aplicada uma estratégia concertada e sistémica, capaz de planear e concretizar uma intervenção em larga escala e perspectivada num período temporal significativo. São de salientar três aspetos singulares desta estratégia.

Em primeiro lugar, a valorização das escolas preexistentes, elevando-as no seu estatuto de edifício público, e ampliando o impacto do legado e valor patrimonial. Esta circunstância demonstra a viabilidade em atender às construções originais na consideração da sua capacidade para serem renovadas, atualizadas ou modernizadas, independentemente de serem ou não mantidas as suas funções originais.

Em segundo lugar, a estratégia convoca a sensibilidade social e incorpora uma dimensão pedagógica na consciencialização pública da

oportunidade em estender esse ideal à maioria dos artefactos arquitetónicos.

Finalmente, importa reforçar a singularidade da conceção de um modelo de intervenção e de gestão do património edificado que, ainda que centralizado numa única entidade, atende às especificidades de cada caso, ampara as características e disponibilidades das preexistências, e não descuida as necessidades de cada comunidade, favorecendo soluções singulares. Afirma-se, deste modo, como um modelo sustentável de gestão do património construído. ■

REFERÊNCIAS

- BLYTH, Alastair; ALMEIDA, Rodolfo; FORRESTER, David; [et al.], 2009 – OECD/CELE review of the secondary school modernisation programme in Portugal. OECD Publishing. CELE Exchange 12-2009.
- CORVACHO, Helena; SOUSA, Hipólito; COSTA, J. Moreira; [et al.], 2002 – O projecto CIC-NET: rede de cooperação estratégica entre empresas do processo de construção. Engenharia Civil. Guimarães: Universidade do Minho, Departamento de Engenharia Civil. n.º 13. [p. 19-34]. ISSN: 0873-1152.
- DECRETO-LEI n.º 28:604/38 de 21 de abril de 1938.
- DECRETO-LEI n.º 41/07 de 21 de fevereiro de 2007. [Cria a empresa Parque Escolar, E.P.E. e define os

seus estatutos].

- GUIMARÃES, Carlos, 2004 – *Arquitectura e museus em Portugal. Entre reinterpretação e obra nova.* Porto: FAUP publicações. ISBN: 972-9483-65-5.
- JORNAL O SÉCULO, 1990 – Programa de concurso para apresentação de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução primária. In BEJA, Filomena; SERRA, Júlia; MACHÁS, Estella; [et al.] – *Edifícios para o ensino infantil e primário, até 1941.* Lisboa: Ministério da Educação, 1990. Coleção Muitos Anos de Escolas; vol. 1.
- LADIANA, Daniela, 2011 – O projeto do existente. In AFONSO, Rui Bráz; LADIANA, Daniela (org.) – *O espaço da escola. Conceitos, métodos e instrumentos para projecto e gestão do património escolar.* Itália, Florença: Alinea Editrice. ISBN: 978-88-6055-666-0.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira, 1998 – Nota de abertura. In Ministério da Educação – Programa de Preservação e Salvaguarda Património Escolar Português. Lisboa: Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Administração Educativa. ISBN: 972-729-033-7.
- NUNES, João Sintra, 2011 – Sem título. In HEITOR, Teresa (coord.) – *Parque escolar 2007-2011. Intervenção em 106 escolas.* Lisboa: Parque Escolar E.P.E., Direcção-Geral de Projeto - Área de Edificações. ISBN: 978-989-96106-6-8.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – *Evaluating quality in educational facilities.* OECD.
- TAYLOR, Anne, 2009 – *Linking architecture and education. Sustainable design of learning environments.* Albuquerque: University of New Mexico Press. ISBN: 978-0-8263-3407-7.